

## **19. INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – DSJC:**

Da **DSJC** submetendo processo relativo ao início de procedimento de revisão do Código Regulamentar do Município de Braga- Capítulo VI da Tabela de Taxas: Vistorias, nos termos do artº 98º do CPA.



<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p><i>Concordo. Deverá relegar-se o Sr. Presidente a fim de, concordando, relegar a proposta a reunião do Excmo. Municipal.</i></p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva</p> <p><i>Reunir para reunião do Excmo.</i></p> <p>O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva <i>[Assinatura]</i> Miguel Antunes Guimarães</p>
<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p><i>A ... do Excmo</i></p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p><i>2019</i></p>

Nº Informação: 25673

Data: 23/08/2019

Assunto: Proposta de alteração Tabela de Taxas - Vistoria - Alojamento Local

## TAXA COBRADA PELA VISTORIA- ALOJAMENTO LOCAL

### 1) Enquadramento Geral

Os diplomas legais vigentes – nomeadamente a Constituição da República Portuguesa (CRP), a Lei Geral Tributária (LGT), o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTA) – estabelecem determinados instrumentos que visam a cobrança de receita própria pelos Municípios, por forma a serem compensados, no todo ou em parte, dos custos associados às atividades que desenvolvem e das quais dimanam utilidades ou benefícios prestados a particulares.

O Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais (RGTA), instituído pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, fixa que as taxas das autarquias locais assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos

particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, sendo um instrumento para, paralelamente à obtenção de receitas, orientar comportamentos e executar políticas na esfera de atribuições dos municípios.

O RGTAI impõe a obrigatoriedade de, para cada taxa, ser feita a respetiva fundamentação económica e financeira quanto ao seu valor ou fórmula de cálculo, com demonstração dos custos diretos e indiretos associados, encargos financeiros, amortizações e dos investimentos realizados ou a realizar, assentes nos princípios da equivalência jurídica, numa demonstração da recuperação pela Autarquia dos custos incorridos (diretos e indiretos) com os benefícios / serviços proporcionados aos munícipes e da equidade do montante fixado face ao benefício para os sujeitos passivos, garantindo que este não é inferior àquele ("*... o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular*").

A deliberação sobre taxas municipais é feita mediante a aprovação de Regulamento que, obrigatoriamente, deve integrar a base de incidência objetiva e subjetiva das taxas, o seu valor ou fórmula de cálculo, a fundamentação económica e financeira, o regime de isenções e sua fundamentação, os modos e periodicidade de pagamento;

A presente proposta de alteração à Tabela de Taxas Municipal, vem assim colmatar a necessidade de haver uma taxa própria para a realização de vistorias em estabelecimentos de alojamento local, taxa essa que se reveste com um caráter próprio, uma vez que visa verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no DL n.º 128/2014, de 29 de agosto.

## II) Nota Justificativa

### NOTA JUSTIFICATIVA

As alterações introduzidas pela Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto ao Regime Jurídico dos Estabelecimentos de Alojamento Local (RJEEAL) aprovado pelo decreto-lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, trouxeram novas competências às câmaras municipais, nomeadamente em termos de fiscalização. O artigo 8.º (vistoria) estabelece que no número 1 que «*A câmara municipal territorialmente competente realiza, no prazo de 30 dias após a apresentação da comunicação prévia com prazo, uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no presente decreto-lei, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem.*» e o artigo 21.º (fiscalização) estabelece no número 1 que «*Compete à ASAE e à câmara municipal territorialmente competente fiscalizar o disposto no presente decreto-lei, bem como instruir os respetivos processos e aplicar as respetivas coimas e sanções acessórias.*». Na redação anterior a vistoria destinava-se à verificação do disposto no artigo 6.º (mera comunicação prévia) e a fiscalização era competência da ASAE.

A realização da vistoria prevista no artigo 8.º implica a efetivação de um conjunto de diligências por parte dos serviços municipais, entre as quais se inclui a deslocação ao estabelecimento de alojamento local de uma comissão de vistorias constituída por 2 técnicos superiores e 1 assistente técnico. Para além da vistoria, os serviços procedem ainda à verificação dos requisitos constantes do artigo 6.º (comunicação prévia com prazo).

Assim, e dados os custos associados aos trabalhos realizados, propõe-se a criação da taxa “Auditoria e verificação de requisitos de Estabelecimento de Alojamento Local”, cujo valor se estima em 130,00 €, tendo por base as taxas de vistoria nos termos do artigo 89.º do RJUE (146,00 €) e a taxa pela realização de outras vistorias (102,25 €), a qual é aplicada à vistoria para determinação do estado de conservação de imóveis para efeitos de candidatura a benefícios fiscais.

Entende-se que a presente proposta se enquadra no disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no regime jurídico das autarquias locais aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado pela lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A realização de um estudo económico-financeiro, tal como previsto no regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, poderá estabelecer um valor mais rigoroso para a taxa proposta.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao alargamento de competências das câmaras municipais no âmbito dos estabelecimentos de alojamento local, à obrigatoriedade da realização da vistoria e aos custos associados aos trabalhos levados a cabo pelos serviços, coloca-se à consideração superior o interesse da inclusão da referida taxa na parte H – Taxas e Outras Receitas Municipais do Código Regulamentar do Município de Braga.

Da nota justificativa apresentada, resulta que para a efetiva realização da vistoria a que alude o artigo 8.º Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto, o Município terá custos associados, como sejam a deslocação ao estabelecimento de alojamento local a vistoriar, por uma comissão constituída por 2 técnicos superiores e 1 assistente técnico.

Não resultam dúvidas quanto à legalidade da taxa que se pretende cobrar; contudo, atendendo ao disposto no artigo 8.º do RGTAL, sempre diremos que a criação de uma taxa deve conter, obrigatoriamente, e sob pena de nulidade:

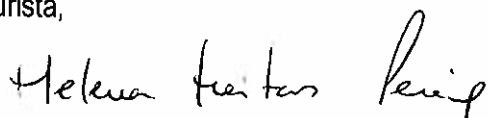
- «a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;*
- b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;*
- c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;*
- d) As isenções e sua fundamentação;*
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;*
- f) A admissibilidade do pagamento em prestações.»*

Face ao exposto, não obstante a nota justificativa já prever alguns custos associados à realização da vistoria (deslocação dos técnicos ao local), entendemos que, em momento posterior, a fundamentação económico-financeira deve ser devidamente aprofundada, prevendo, por exemplo, a necessidade de constituir uma equipa especificamente para a realização destas vistorias, capaz de avaliar os requisitos a que alude o capítulo III do DL 128/2014, uma vez que atualmente, este tipo de alojamento está a proliferar no Município.

Assim, uma vez que do documento interno n.º 22571, de 24/07/2019 consta já o despacho de “*Concordo. Proceder em conformidade*”, do Sr. Presidente da Câmara, propõe-se que o processo seja remetido a reunião do Executivo Municipal, com vista à aprovação do procedimento de alteração regulamentar – Capítulo VI da Tabela de Taxas: Vistorias - , nos termos do artigo 98.º do CPA.

À superior consideração,

A Jurista,



**AVISO DE ABERTURA**  
**DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO DE**  
**PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO**  
**CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA**

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de **Revisão Regulamentar - CRMB**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante.
2. A referida revisão pretende introduzir uma alteração na **Tabela de Taxas anexa ao CRMB**, criando uma nova **taxa, devida pela vistoria** e verificação de requisitos a estabelecimentos **de alojamento local**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da **Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico [codigoregulamentar@cm-braga.pt](mailto:codigoregulamentar@cm-braga.pt), conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

---

(Ricardo Rio)

## Relatório do Documento interno n.º 22571 de 24/07/2019

DOCUMENTO Nº  
 DATA 00/00/0000  
 REFERÊNCIA  
 REGISTADO: armanda.couto  
 ATUALIZADO: armanda.couto  
 ASSUNTO  
 Proposta Pagamento da taxa "Auditoria de requisitos a estabelecimentos de alojamento local"

REMETENTE FUNC.: ARMANDA MARIA FERREIRA BASTOS COUTO  
 TIPO DE DOCUMENTO INFORMAÇÃO DE CARÁCTER TÉCNICO  
 LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

## Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: DMGAP - DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMIN. PROSP.

PROCESSO N.º 2019/250.20.802/1

CLASSIFICAÇÃO 250.20.802 - Apreciação das propostas de avaliação de desempenho

OBSERVAÇÕES

## Movimentos

(4) Movimentado no dia 02/08/2019 16:18 para Serv: DMGAP - DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMIN. PROSP.

Efetuada por Vereador: 4829 - Miguel Sopas Melo Bandeira(ver.miguelbandeira)

Motivo: Concordo. Proceda-se em conformidade com as informações técnicas.

(3) Movimentado no dia 26/07/2019 17:06 para Serv: GABINETE VEREADOR MIGUEL BANDEIRA

Efetuada por Func.: 4838 - Antonio Jose Zamith Soares Rosas(zamith.rosas)

Motivo: Não havendo na Tabela de Taxas Municipais, de facto, previsão expressa de taxa devida pela realização de vistoria para verificação dos requisitos legalmente exigidos para o funcionamento de um AL, entretanto enquadrada na norma supletiva de "outras vistorias", cujo valor é actualmente de 102,25€, parece-nos plausível a proposta de criação de taxa específica para aquele efeito, sendo razoável o valor proposto.

(2) Movimentado no dia 26/07/2019 09:33 para Func.: Antonio Jose Zamith Soares Rosas

Efetuada por Func.: 776 - Jose Pedro Cortes Lopes(pedro.lopes)

Motivo: Assunto: Proposta para fundamentação de taxa inerente ao trabalho de vistoria a A.L.  
 1-Concordo com a proposta formulada pela Sr.ª Eng.ª Armanda Couto, decorrente da actividade que tem vindo desempenhar nesta divisão e que teve por sustentação a análise de procedimentos e taxas praticados noutra câmaras municipais, em matéria de A.L.  
 2-Após despacho a presente proposta deverá ser enviada à DMGAP para procedimento de implementação.

Nota interna: merece registo meritório a proposta formulada que irá contribuir para a melhoria de procedimentos, práticas e receitas do município.

(1) Movimentado no dia 24/07/2019 09:57 para Func.: Jose Pedro Cortes Lopes

Efetuada por Func.: 1042 - Armanda Maria Ferreira Bastos Couto(armanda.couto)

Motivo: Registo original

## Anexos do documento

Tipo doc.: Sugestão | Data: 24/07/2019 | Observações: Proposta Pagamento da taxa "Auditoria de requisitos a estabelecimentos de alojamento local"

## Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 1042 - Armanda Maria Ferreira Bastos Couto, no dia 26/07/2019 09:33, por pedro.lopes

## Documentos do Processo

Interno n.º 22571 do dia 24/07/2019

Remetente: Func.: Armanda Maria Ferreira Bastos Couto

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Informação de carácter técnico





**BRAGA**  
Município

DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

**Registo de entrada:** I/22571/2019

**Informação:** 22571 de 24/07/2019

**Assunto:** Proposta Pagamento da taxa "Auditoria de requisitos a estabelecimentos de alojamento local"

**Técnico responsável:** Armanda Maria Ferreira Bastos Couto

**Informação:**

Junto em anexo proposta de pagamento da taxa "Auditoria de requisitos a estabelecimentos de alojamento local".

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

A presente proposta enquadra-se no objetivo 2 do SIADAP 3 para os anos 2019/2020 da técnica superior Armanda Maria Ferreira Bastos Couto a desempenhar funções na Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico da Câmara Municipal de Braga e diz respeito à 1ª proposta apresentada.

## PROPOSTA DE PAGAMENTO DA TAXA

### AUDITORIA E VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS A ESTABELECIMENTO DE ALOJAMENTO LOCAL

#### NOTA JUSTIFICATIVA

As alterações introduzidas pela Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto ao Regime Jurídico dos Estabelecimentos de Alojamento Local (RJEEAL) aprovado pelo decreto-lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, trouxeram novas competências às câmaras municipais, nomeadamente em termos de fiscalização. O artigo 8.º (vistoria) estabelece que no número 1 que «A câmara municipal territorialmente competente realiza, no prazo de 30 dias após a apresentação da comunicação prévia com prazo, uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no presente decreto-lei, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem.» e o artigo 21.º (fiscalização) estabelece no número 1 que «Compete à ASAE e à câmara municipal territorialmente competente fiscalizar o disposto no presente decreto-lei, bem como instruir os respetivos processos e aplicar as respetivas coimas e sanções acessórias.». Na redação anterior a vistoria destinava-se à verificação do disposto no artigo 6.º (mera comunicação prévia) e a fiscalização era competência da ASAE.

A realização da vistoria prevista no artigo 8.º implica a efetivação de um conjunto de diligências por parte dos serviços municipais, entre as quais se inclui a deslocação ao estabelecimento de alojamento local de uma comissão de vistorias constituída por 2 técnicos superiores e 1 assistente técnico. Para além da vistoria, os serviços procedem ainda à verificação dos requisitos constantes do artigo 6.º (comunicação prévia com prazo).

Assim, e dados os custos associados aos trabalhos realizados, propõe-se a criação da taxa “Auditoria e verificação de requisitos de Estabelecimento de Alojamento Local”, cujo valor se estima em 130,00 €, tendo por base as taxas de vistoria nos termos do artigo 89.º do RJUE (146,00 €) e a taxa pela realização de outras vistorias (102,25 €), a qual é aplicada à vistoria para determinação do estado de conservação de imóveis para efeitos de candidatura a benefícios fiscais.

Entende-se que a presente proposta se enquadra no disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no regime jurídico das autarquias locais aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado pela lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A realização de um estudo económico-financeiro, tal como previsto no regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, poderá estabelecer um valor mais rigoroso para a taxa proposta.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao alargamento de competências das câmaras municipais no âmbito dos estabelecimentos de alojamento local, à obrigatoriedade da realização da vistoria e aos custos associados aos trabalhos levados a cabo pelos serviços, coloca-se à consideração superior o interesse da inclusão da referida taxa na parte H – Taxas e Outras Receitas Municipais do Código Regulamentar do Município de Braga.

Braga, 05 de julho de 2019